

Os limites do debate teórico da desindustrialização no Brasil: uma crítica a partir da perspectiva da formação nacional

Maurício Espósito¹

Resumo: O objetivo desse artigo é apresentar o marco geral do debate sobre a desindustrialização no Brasil e apontar, a partir da perspectiva da formação nacional, os limites e insuficiências do mesmo. No artigo argumentamos que os ortodoxos, ao não levarem em conta as especificidades das economias subdesenvolvidas, apresentam análises simplistas sobre a desindustrialização no Brasil, tanto em relação às causas e consequências, como na própria definição desse processo. Os heterodoxos, por sua vez, apesar de considerarem fatores que vão muito além dos ortodoxos, desconsideram a problemática da formação nacional. Assim, os autores não questionam os condicionantes estruturais responsáveis pela desindustrialização no Brasil, apenas apontam o momento em que a crise se deflagrou, deslocando a análise da história.

Palavras-chave: Desindustrialização; Ortodoxos; Heterodoxos; Formação nacional.

Abstract: The aim of this paper is to present the general framework of the debate on de-industrialization in Brazil and to point, from the perspective of the national formation, the limits and shortcomings of it. In the article we argue that the orthodox economic theory, by not taking into account the specificities of underdeveloped economies, have simplistic analysis of deindustrialization in Brazil, both in relation to the causes and consequences, as in the definition of this process. Heterodox economic theory, in turn, despite considering factors that go far beyond the orthodox, disregard the issue of national formation. Thus, both schools of thought do not take into account the structural determinants of deindustrialization in Brazil. They only discuss the moment when the crisis broke out, not considering the historical process.

Keywords: De-industrialization; Orthodox; heterodox; National formation.

JEL: C0;D2;L60.

Introdução

O processo de desindustrialização aparece como um dos temas mais presentes na literatura econômica na atualidade. Antes contestado por vários autores, como Bonelli e Pessoa (2010) e Nassif (2006), a ocorrência deste processo na economia brasileira passou a ser quase unanimidade nas análises recentes. Mas a consonância para por aí, verificando-se divergências em múltiplos planos, tanto no apontamento das causas como nas consequências desse processo para a economia nacional.

¹ Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é membro do Grupo de Estudos Florestan Fernandes (GEFF). Email: mauricioesposito.eco@gmail.com

132 – Os limites do debate teórico da desindustrialização no Brasil: uma crítica a partir da perspectiva da formação nacional

Devido a uma série de fatores, como a contemporaneidade da questão, tem-se uma grande dificuldade em sistematizar o debate. Porém, de modo geral, podem-se agrupar as visões presentes em dois blocos distintos: de um lado, os que consideram a indústria um setor como outro qualquer, cujos autores se alinham à vertente ortodoxa; e, de outro, os que creditam uma posição especial à indústria para o desenvolvimento do país, associado geralmente a autores heterodoxos.

O objetivo deste artigo é apresentar o marco geral do debate da desindustrialização no Brasil e apontar, a partir da perspectiva da formação nacional, os limites e insuficiências do mesmo. O artigo se estruturará em cinco seções, além desta introdução. A primeira seção tem como objetivo apresentar brevemente a problemática da formação nacional. A partir desta perspectiva, na segunda seção, apresentaremos a concepção de industrialização/desindustrialização que será utilizada neste trabalho. Esse método se faz necessário, pois temos como hipótese de que as grandes divergências no debate teórico são originadas das diferentes concepções que os autores têm do que é desindustrialização, as quais decorrem das diferentes perspectivas teóricas, políticas e ideológicas dos respectivos autores. Assim, a delimitação do que entendemos por desindustrialização se faz necessária para que nossas conclusões, tanto sobre a ocorrência como sobre as causas e consequências desse processo para o desenvolvimento nacional, tenham respaldo teórico. O intuito com este procedimento não é a realização de uma conceituação fechada, válida para todas as situações históricas. Expressaremos uma concepção de industrialização – e, conseqüentemente, de desindustrialização – levando-se em conta as especificidades brasileiras.

Na terceira e quarta seções mostraremos o marco geral do debate, ressaltando o que os autores das respectivas correntes teóricas analisadas entendem por desindustrialização, bem como suas explicações para as causas e consequências que esse processo implica para o desenvolvimento do país. Na última seção apontaremos os limites que acreditamos existir nas abordagens apresentadas.

2. Problemática da formação nacional ²

A ótica da formação emana do esforço dos intérpretes brasileiros em compreender os dilemas presentes no Brasil contemporâneo a fim de superar as mazelas que bloqueiam a plena integração da nação na civilização capitalista: a dependência externa e a segregação interna.

A premissa básica desta reflexão está na concepção de que apenas a realidade concreta possibilita a compreensão dos dilemas existentes. Destarte, é a partir da leitura histórica, e somente dela, que podemos compreender que a supressão dos problemas

2 A formulação deste item se baseia em Sampaio Júnior (1999a; 1999b), o qual resgata as interpretações de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Celso Furtado sobre o Brasil.

crônicos da sociedade brasileira perpassa necessariamente pela afirmação nacional. Ou seja, a busca pela formação da nação não se refere a algo criado aprioristicamente, como uma idealização. Trata-se de uma necessidade construída historicamente. E mais do que uma necessidade, trata-se de uma possibilidade, uma construção que caminha nessa direção (PRADO JÚNIOR, 1942).

Um sentido, no entanto, não é o mesmo que uma fatalidade. O processo de formação da nação aparece como um devir, que pode ser ou não concluído. Pode apresentar um desfecho progressivo à coletividade, consubstanciando-se na revolução brasileira³, ou, ao contrário, pode trilhar um caminho regressivo, agravando a condição de barbárie presente.

As origens dos bloqueios à afirmação nacional remontam ao período colonial, quando a economia brasileira emergiu como um “grande negócio” estruturado para abastecer o mercado europeu, ou seja, com o fim de atender interesses e necessidades forâneos. É este o verdadeiro sentido da colonização (PRADO JÚNIOR, 1942). Mas isso não se deu sem contradições. Do grande negócio surgiu uma nova coletividade, progressivamente estruturada com organização econômica, social e administrativa próprias, entrando em conflito com a ordem vigente.

A emergência de um grande sistema internacional do capitalismo mercantil – com a proeminência da Inglaterra – no final do século XVIII, fez com que o conflito alcançasse o seu clímax. Com a transformação progressiva de Portugal em mero elo de intermediação entre o Brasil e esse sistema, as contradições se tornaram insustentáveis. A independência então foi alcançada, configurando a estruturação do Estado brasileiro e constituindo-se definitivamente a integração territorial do país. Possibilitou-se com isso a proposição e a definição das aspirações e interesses propriamente nacionais (PRADO JÚNIOR, 1972). Contudo, as contradições se perpetuaram. Apesar da emancipação política, as bases de sustentação da estrutura colonial – o latifúndio e a escravidão –, se mantiveram, bem como a posição subalterna no sistema internacional.

O Brasil, portanto, entrou para a história contemporânea, e passou a participante da nova ordem instituída pelo capitalismo industrial, “(...) na condição, que já era a sua, de uma área periférica e simples apêndice exterior e marginal dos centros nevrálgicos e propulsores da economia internacional” (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 79).

A posição dependente na fase imperialista aguçou as contradições na sociedade brasileira, tornando os problemas cada vez mais explícitos e aumentando-se a urgência por transformações estruturais. A intensificação da crise da divisão internacional do trabalho nos anos 1930 surgiu como grande esperança de se solucionar os problemas pendentes, diante da possibilidade histórica de se levar a cabo um processo de industrialização.

3 Vale ressaltar que a revolução brasileira não apresenta um fim pré-definido. Como Caio Prado salientou, “a qualificação a ser dada a uma revolução somente é possível depois de determinados os fatos que a constituem, isto é, depois de fixadas as reformas e transformações cabíveis e que se verificarão no curso da mesma revolução” (PRADO JÚNIOR, 1966, p.8).

Com efeito, alcançou-se a diversificação produtiva, o centro dinâmico da economia foi interiorizado, isto é, a dinâmica da economia passou a apoiar-se no mercado interno e não mais no setor exportador (FURTADO, 1959). O rápido crescimento industrial decorreu, portanto, não apenas do abastecimento interno do que antes era importado, mas também pela própria expansão da indústria que, ao elevar o nível da demanda global, ampliou o mercado preexistente. Ou seja, “a indústria formou o mercado interno e ao mesmo tempo cresceu apoiada nele” (FURTADO, 1983, p.82). Enfim, criaram-se as bases materiais para uma possível autonomia relativa.

A possibilidade de se consolidar nacionalmente, todavia, mais uma vez foi abortada. Diante do contexto de acirramento da Guerra-Fria e de amedrontamento face ao avanço do socialismo, a burguesia brasileira se via duplamente ameaçada: internamente, pelas pressões para a realização de reformas estruturais, e, externamente, pelas pressões das empresas transnacionais emergentes – sob a égide dos EUA – em ocupar o espaço econômico nacional. A escolha foi se aliar ao imperialismo, consubstanciando-se numa contrarrevolução permanente, a qual teve seu desfecho trágico com o golpe militar em 1964 (FERNANDES, 1975).

O processo de industrialização avançou, não há dúvidas nisso, mas não se suprimiu a dupla articulação⁴ responsável pelo capitalismo dependente. Pelo contrário, intensificou-se a dependência externa – dada a dominância do núcleo do sistema industrial pelos grandes grupos transnacionais – e elevaram-se as disparidades sociais e regionais. Enfim, a dupla articulação foi definitivamente cristalizada como alicerce fundamental na acumulação de capital no país (SAMPAIO JÚNIOR, 1999b).

A breve contextualização histórica do Brasil que realizamos se deu com o intuito de apontar a existência de um problema concreto na sociedade brasileira, herdado de seu passado colonial e perpetuado pela inserção subalterna e marginal no capitalismo imperialista. Diante disso, a busca pela consolidação da nação surge como uma construção histórica do povo brasileiro a fim de se proteger, minimamente, dos efeitos deletérios irradiados do centro do sistema, os quais alcançaram o paroxismo no capitalismo contemporâneo e que tornam cada vez mais patente a possibilidade de um processo de reversão neocolonial⁵ (SAMPAIO JÚNIOR, 2012).

4 O conceito de dupla articulação foi elaborado por Florestan Fernandes. Para o autor, a chamada dupla articulação cria condições para o controle imperialista no país, o qual, por sua vez, possibilita às burguesias internas preservarem seu poder de negociação no sistema capitalista mundial. Assim, a partir da superexploração do trabalho e da instrumentalização do Estado, essas burguesias conseguem constituir uma base material que lhes permite perpetuar sua dominação política. Para mais, ver Fernandes (1975).

5 Para Sampaio Júnior (2012), a reversão neocolonial é “entendida como um processo de mudança econômica, social, política e cultural que compromete definitivamente a possibilidade de conciliar desenvolvimento capitalista, distribuição de renda e soberania nacional. O processo coloca em questão a própria sobrevivência da sociedade nacional como coletividade capaz de controlar os fins e os meios das transformações capitalistas” (p.43).

3. Concepção de industrialização e desindustrialização a partir da perspectiva da formação nacional

Como Caio Prado Júnior (1942) apontou, a história da sociedade brasileira apresenta um sentido: a transição do “Brasil colônia de ontem para o Brasil nação de amanhã” – ainda que se manifestem obstáculos que impeçam a sua afirmação. A problemática da industrialização está inserida neste quadro geral, sendo um meio para a superação de tais empecilhos. A centralidade e necessidade da consecução de um sistema industrial, da mesma maneira que o sentido da formação, não se trata de uma teoria preconcebida. Referem-se a uma construção histórica surgida pelas especificidades do modo ao qual o capitalismo se desenvolveu a partir da I Revolução Industrial, e que para a sociedade brasileira se traduziu como uma das transformações necessárias para a superação da segregação social e da dependência externa presentes desde o período colonial.

Na América Latina, o estudo da problemática da industrialização apresentou contornos mais concretos a partir do início do século XX, perante o forte impacto da crise internacional sobre as economias latino-americanas. A constatação da absoluta discrepância entre a realidade observada com as formulações e projeções realizadas pela teoria neoclássica, fez emergir um pensamento crítico com o esforço de realizar uma teorização a partir da perspectiva dos países latino-americanos. A vanguarda desse pensamento, ao constituir um corpo estruturado e articulado de ideias, expressou-se pelos trabalhos da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe).

O ponto de partida do pensamento “cepalino” se deu pela concepção “centro-periferia”, elaborada pioneiramente pelo argentino Raúl Prebisch nos primeiros documentos-chaves publicados pela Cepal (PREBISCH, 1949; 1950). A ideia essencial dessa teoria reside na existência de um sistema de relações econômicas internacionais hierarquizadas, oriundo da difusão desigual do progresso técnico a partir da I Revolução Industrial. Assim, a característica básica deste processo foi a polarização econômica dos países com a expansão do capitalismo industrial. De um lado, tem-se o centro do sistema, que comanda a dinâmica e origina as técnicas capitalistas de produção, apoiando-se em forças produtivas modernas, homogêneas e diversificadas. De outro, na retaguarda do desenvolvimento das economias centrais, encontra-se uma vasta e heterogênea periferia, cujas forças produtivas permanecem inicialmente atrasadas, dos pontos de vista tecnológico e organizativo, tendo suas estruturas econômicas e sociais moldadas no exterior.

Impulsionada pela expansão dos países centrais, a estrutura produtiva dos países periféricos delineou-se de modo a suprir a demanda crescente imposta pelo capitalismo industrial. Assim, o caráter especializado do período colonial foi reforçado, mantendo-se a estrutura produtiva unilateralmente desenvolvida.

Criou-se, assim, um círculo vicioso em que a acumulação tornou-se ainda mais rápida no centro do que na periferia, alargando a distância que os separa. O reforço da

polarização é explicado por dois movimentos principais. Primeiro, pela elevada produtividade nas economias centrais constituir um obstáculo à internalização da produção nos países periféricos, haja vista a inviabilidade da competição com os produtos importados do centro. Segundo, pela tendência à deterioração dos termos de troca, que transfere ao centro parcela da produtividade proferida pela periferia⁶.

Ao revelar as amarras decorrentes do modo como as economias latino-americanas se inseriram no sistema internacional de divisão do trabalho, a reflexão de Prebisch ressalta a necessidade de esses países internalizarem as estruturas produtivas que dão dinamismo ao capitalismo. O objetivo subjacente à concepção centro-periferia, portanto, está na superação da teoria neoclássica de comércio exterior, através de uma teoria própria que buscava a delimitação da problemática da industrialização latino-americana. No centro da teoria elaborada pioneiramente por Prebisch:

(...) estava a ideia de que a progressiva diferenciação dos sistemas produtivos permitida pela industrialização conduziria ao crescimento autossustentado. Criado um setor produtor de bens de capital e assegurados os meios de financiamento – o que em boa parte competia ao Estado –, o crescimento se daria apoiando-se na expansão do mercado interno (FURTADO, 1991, p.28).

O modelo clássico da Cepal, no entanto, mostrou-se insuficiente para a compreensão dos limites da industrialização por substituição de importações, sendo necessário ampliar seu escopo na direção do plano social e político (FURTADO, 1991).

Ao vincular à concepção de sistema centro-periferia a análise do padrão de incorporação de progresso técnico, Furtado⁷ vai além de Prebisch na formulação de uma teoria do subdesenvolvimento, pois revela as relações entre as estruturas sociais e os valores ideológicos que presidem o processo de acumulação dos países periféricos.

Na perspectiva de Furtado, o fenômeno do subdesenvolvimento além de ser produto de uma situação histórica – polarização centro-periferia –, é resultado de uma vontade

6 A deterioração dos termos de troca se apresenta como expressão de uma tendência de longo prazo, em que o poder de compra dos bens primários se reduz com o transcorrer do tempo em relação aos bens industriais. A causa fundamental desse processo está associada, basicamente, a dois fatores: (a) à dinâmica do comércio internacional, em que as economias especializadas exportam produtos que apresentam baixo conteúdo tecnológico, em contrapartida aos produtos exportados pelas economias diversificadas, que apresentam alto conteúdo tecnológico; (b) ao modo de funcionamento do mercado de trabalho na periferia que, ao não socializar os ganhos de produtividade com os salários reais, gera fortes oscilações nos preços dos produtos primários no mercado internacional. Para maiores detalhes, ver: Prebisch (1949) e capítulos 1 e 2 de Rodriguez (1981).

7 É importante salientar que o próprio pensamento de Furtado se transforma. As obras do autor compreendidas até o período imediatamente posterior ao golpe militar de 1964 trazem um Furtado ainda convencido das potencialidades da industrialização nacional – ainda que fosse convicto das deformações presentes nesse processo. “Após a implantação da ditadura militar e a vitória do desenvolvimento associado, o debate muda de orientação, voltando-se para a questão da dependência. É a partir desse contexto que se introduzem as modificações no pensamento de Furtado, sobretudo quanto ao caráter da industrialização periférica” (HADLER, 2009, p.5). Isso, contudo, não significa incoerência teórica do autor. “No que diz respeito ao método, não houve ruptura no pensamento de Furtado, mas continuidade, ou antes uma depuração, um refinamento de seu método particular em sintonia com a aceleração do tempo histórico” (HADLER, 2009, p.56).

política, proveniente da irracionalidade das “elites aculturadas” que mimetizam o padrão de vida das economias centrais desconsiderando o abismo no grau de desenvolvimento da base material que separa o centro e a periferia⁸.

Furtado ressalta que industrialização não se resume a crescimento industrial. A simples somatória de indústrias, que funcionam de modo estanque, desarticuladas uma das outras, com a dinâmica de reprodução induzida pelo mercado externo, não configura um processo de consolidação das bases materiais de uma economia nacional. Para o autor, a industrialização é vista como um processo de constituição de forças produtivas que atuem como um sistema, “isto é, com alguma forma de solidariedade entre os elementos que a constituem” (FURTADO, 1992, p.28).

No centro deste sistema devem estar as indústrias de bens de capital, pois as mesmas permitem a reprodução e a ampliação do processo autonomamente. Mas Furtado ressalta, e aqui está o cerne de sua concepção de industrialização, que a estrutura produtiva dos países periféricos não deve ser comparada à dos países centrais. Não se deve ter a ilusão de engendrar o padrão verificado nesses países. A possibilidade de se atingir este modelo se trata de um mito (FURTADO, 1974). As bases técnicas e materiais do centro são infinitamente superiores às dos países da periferia, o que impossibilita a sua generalização para o elo fraco do sistema. O processo de industrialização deve ser pautado nas possibilidades materiais da nação. Devem-se constituir tais forças produtivas para que se possibilite internalizar com um mínimo de autonomia a dinâmica da economia do país, tendo em vista o suprimento das necessidades básicas do conjunto da população.

Por isso que para Furtado é fundamental que o eixo dinâmico da economia seja interiorizado, dado a impossibilidade de se competir internacionalmente. O sistema industrial além da articulação entre as forças produtivas deve ter sua dinâmica imposta pelo e orientada para o mercado interno. Esse é “o único meio de subordinar de maneira organizada o crescimento econômico ao aumento da capacidade de consumo da sociedade nacional” (SAMPAIO JÚNIOR, 2013, p.4).

A orientação da industrialização nesses moldes só é passível de ser realizada se tiver um comando nacional, que atrele o processo aos desígnios da sociedade. Somente assim a racionalidade econômica que preside o processo de valorização do capital pode ser minimamente controlada e orientada para se contemplar as necessidades do conjunto da população. Nas palavras de Furtado: “(...) nenhum sistema industrial capitalista pode existir sem mecanismos de coordenação, centros de decisão, capazes de prever e ter em conta interferências originadas na dupla fronteira”, externa – formada por outras economias – e interna – constituída por variáveis sociais, políticas e ecológicas (FURTADO, 1972, p.60).

8 “Chamaremos de *modernização* a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos” (FURTADO, 1974, p.81). Grifos do autor.

138 – Os limites do debate teórico da desindustrialização no Brasil: uma crítica a partir da perspectiva da formação nacional

A ação dos centros coordenadores das decisões econômicas, explica Furtado, se dá de várias maneiras tendo o fim de defender aos interesses da nação. Além da condução das políticas monetária, cambial e fiscal, têm-se instrumentos, como:

- (a) apropriação pelo estado de parte substancial dos lucros das empresas internacionais e/ou a estatização das filiais, no caso de produção primária para os mercados internacionais; b) subordinação das grandes empresas à objetivos precisos de política econômica e efetiva integração na economia nacional dos frutos das inovações tecnológicas; c) previsão e controle das consequências sociais da penetração do progresso tecnológico e seleção de técnicas em função de objetivos sociais explícitos; d) controle da comercialização internacional dos produtos primários exportados, o que exige estreita cooperação entre países produtores (FURTADO, 1967, p.256).

Enfim, a partir da teoria do subdesenvolvimento de Furtado temos uma conotação mais ampla de industrialização em relação à teoria cepalina original, indo além da superação da especialização produtiva. Refere-se a um processo dinamizado a partir de dentro, com um comando nacional e que rompa com a lógica da modernização. São faces interdependentes, que se não trilhadas em conjunto, enveredam a industrialização para a saturação, tornando-a suscetível a processos de reversão.

A industrialização também apresenta papel central para a afirmação nacional no pensamento de Caio Prado Júnior, porém o autor se vale de um arcabouço teórico distinto do utilizado pela tradição cepalina. Partindo de uma perspectiva marxista, Caio Prado enfrentou o problema com um enfoque na natureza das relações de produção.

Para o autor, o subdesenvolvimento é uma formação social que apresenta como principal característica a existência de um tipo de relação de produção que impede que a nação venha a possuir força própria e existência autônoma. São economias estruturadas para atender a interesses externos e dinamizadas de fora para dentro.

No caso do Brasil, trata-se de uma sociedade que apesar das transformações ocorridas, ainda se apresenta intimamente entrelaçado com seu passado colonial. De um lado, mantém-se como área periférica e marginal dos centros propulsores do sistema internacional, de tal forma que se impede que o mercado interno se afirme como instância estratégica no processo global de valorização e levam à atrofia do capital local (PRADO JÚNIOR, 1972). De outro, conserva a segregação social como elemento marcante, sendo caracterizado pela existência de uma superpopulação relativa permanentemente marginalizada do mercado de trabalho. A presença de um desequilíbrio estrutural na correlação de forças entre o capital e o trabalho impede a socialização dos ganhos de produtividade com o conjunto da população, inibindo o processo de ampliação e diversificação do mercado consumidor (SAMPAIO JÚNIOR, 1999a). Assim, o subdesenvolvimento é

tipificado por contradições que engendram uma conjuntura mercantil precária, tanto quantitativa como qualitativamente.

Para Caio Prado, a industrialização apresenta um caráter central na afirmação nacional, pois a constituição de um espaço econômico relativamente autônomo só é passível de ser engendrada se houver a internalização de todas as etapas do circuito de valorização do capital (dinheiro – forças produtivas – mercadoria – dinheiro). Porém, o autor ressalta a importância da constituição de relações de produção que permitam a presença de certo equilíbrio na correlação de forças entre o capital e o trabalho, bem como de um controle nacional da base material.

Para o autor, a participação do capital internacional nas etapas superiores da industrialização surge como um empecilho ao desenvolvimento econômico nacional, mesmo quando impulsiona a diversificação industrial. Isso porque, tais “trustes” vêm para o Brasil com o único intuito de expansão de seus negócios (PRADO JÚNIOR, 1970). Assim, a presença dessas empresas nas economias periféricas é caracterizada por uma relação extremamente oportunista e volátil.

Mas não é somente pelo aspecto da precária liquidez das contas externas que o processo de industrialização ancorado no capital internacional limita as perspectivas do desenvolvimento nacional. Ainda mais perniciosos são as restrições e os obstáculos à internalização do progresso técnico, e consequentemente à vitalidade das forças produtivas do país.

Não pode haver dúvidas que em países onde não se realiza pesquisa técnico-científica de primeira mão, própria e autônoma, e diretamente integrada no processo industrial respectivo, nesses países estabelece-se um vínculo irremovível de dependência e subordinação que elimina qualquer perspectiva, por mais remota que seja, de um progresso tecnológico original independente e impulsionado por forças e necessidades próprias (PRADO JÚNIOR, 1970, p.329).

Mas acima de tudo, para que o desenvolvimento industrial possa ser bem fundamentado é essencial que seja acompanhado de uma prosperidade geral da sociedade, a qual assegurará à própria indústria uma base segura e estável para o seu desenvolvimento. Apenas com um vasto mercado e com as atividades se intercomunicando e entrosando entre si, estimulando-se mutuamente, que se pode esperar um desenvolvimento industrial de amplas perspectivas.

Enfim, na concepção de Caio Prado Júnior:

A industrialização somente se apresentará como um verdadeiro processo e integrar-se-á efetivamente na vida brasileira tornando-se um fator orgânico de seu processo, quando se desenvolver na base da introdução extensiva da técnica mo-

140 – Os limites do debate teórico da desindustrialização no Brasil: uma crítica a partir da perspectiva da formação nacional

derna nas atividades econômicas em geral da população do país; quando se puser a serviço da solução dos problemas fundamentais do Brasil (...) (PRADO JÚNIOR, 1970, p.331).

A partir da exposição desse item, sobretudo das visões de Furtado e Caio Prado, os quais apresentam como fulcro de suas obras a análise da realidade brasileira⁹, consideraremos industrialização como a constituição de um sistema industrial integrado e que tenha no mercado interno o eixo dinâmico da economia. Refere-se a um processo que apresente um comando nacional que permita atrelar o desenvolvimento industrial aos desígnios nacionais, possibilitando ter uma autonomia relativa frente ao sistema internacional e o suprimento das necessidades básicas de sua população. Por conseguinte, consideraremos desindustrialização como a desarticulação das bases que sustentam o processo de industrialização, o qual pode ser caracterizado: pela ruptura dos elos fundamentais do sistema produtivo nacional; por um deslocamento do dinamismo de crescimento para fora do mercado interno; e por uma erosão dos mecanismos de decisão do Estado. Em síntese, por um abandono de um projeto nacional.

4. Perspectiva ortodoxa

Como apontamos, o debate da desindustrialização no Brasil está longe de ser consensual. O caso dos autores que se alinham à matriz ortodoxa não é diferente. Suas análises não apresentam uma unidade completa e, em certos aspectos, divergem entre si. Entretanto, podemos observar um núcleo em comum, decorrente, em última instância, de suas perspectivas teóricas semelhantes¹⁰.

Considerando desindustrialização como a perda persistente da participação da indústria no PIB, as análises mais recentes dos autores ortodoxos, no geral, aceitam a tese de que esse processo esteja incidindo na economia brasileira. Essa problemática, segundo Schymura e Pinheiro (2013), tornou-se geral somente em 2010 quando a indústria passou a apresentar resultados medíocres, o que explica a inflexão verificada nos diagnósticos dos autores nesse período¹¹.

9 Ainda que os autores tenham bases teóricas e metodológicas distintas, ambos tinham como norte a perspectiva da formação nacional (SAMPAIO JÚNIOR, 1999a). Com isso não pretendemos fazer uma aproximação da obra dos autores, porém acreditamos que elas nos auxiliam para a reflexão dos impasses da formação nacional e para ressaltar a importância da industrialização nesse processo.

10 Para os ortodoxos a livre-concorrência é o motor primordial que impulsiona o desenvolvimento dos países. A partir dos mecanismos do mercado a alocação das forças produtivas é orientada para os setores onde o país possui maior vantagem comparativa levando a maximização dos ganhos e, portanto, ao bem-estar geral. A partir dessa visão, a indústria apresenta-se como um setor como outro qualquer.

11 Isso não quer dizer, entretanto, que não existam autores alinhados à corrente ortodoxa que se mantenham céticos à tese de ocorrência de um processo de desindustrialização no Brasil. Apenas estamos apontando que, no geral, os trabalhos recentes se alinham a essa tese. Para textos de caráter ortodoxo que refutam (ou refutavam) a tese de desindustrialização no Brasil, ver: Nakahodo e Jank (2006); Barros e Pereira (2008); Schwartzman (2012); Bonelli e Pessôa (2010); entre outros.

Ainda que não refutem mais tal diagnóstico, os autores alertam que a intensidade da desindustrialização no Brasil é muito inferior ao que está sendo alarmada no debate econômico. A superestimação desse processo, apontam Bonelliet *al* (2013), é consequência, sobretudo, de dois erros metodológicos. O primeiro refere-se ao fato de essas análises não levarem em conta as mudanças verificadas ao longo do tempo na metodologia das Contas Nacionais, o que gera duas descontinuidades significativas na série evolutiva da participação da indústria no PIB: a primeira entre 1989 e 1990; e a segunda entre 1994 e 1995¹². As alterações implementadas nos dois períodos destacados, ao aumentarem o PIB nominal – devido à reavaliação de algumas atividades, especialmente nos serviços –, diminuíram o tamanho relativo da indústria, dado que o valor adicionado industrial não sofreu grandes alterações.

Diante disso, os autores argumentam que não faz sentido realizar uma comparação a partir de tais parâmetros, pois a análise está sendo pautada em cima de uma “ilusão” estatística. Para solucionar esse problema eles sugerem a utilização das variações percentuais dos valores nominais dos antigos sistemas e depois aplicar as taxas retroativamente ao resultado de 1995¹³. Com essas correções a perda de peso da indústria torna-se bem menos aguda do que se aparenta nos dados originais, passando a ser de “apenas” quinze pontos percentuais ante os vinte e cinco pontos percentuais da análise comumente utilizada (BONELLI, *et al*, 2013).

O segundo erro que superestima a queda da participação industrial decorre das análises realizarem a comparação evolutiva através de preços correntes, não levando em consideração, portanto, as alterações verificadas ao longo do tempo nos preços relativos. Ou seja, parte da perda de peso industrial brasileira pode ser causada pelo fato de os preços industriais terem crescido menos do que o nível geral, apesar de a produção ter apresentado uma elevação no *quantum* e na competitividade (BONELLI *et al*, 2013).

Dessa maneira, os autores advertem que, ao invés de utilizar-se de preços correntes o certo seria valer-se de preços constantes de um determinado ano, pois assim faz-se uma análise “não viesada” pela alteração nos preços relativos e leva-se em consideração a “real” transformação da estrutura produtiva. A partir da metodologia proposta, e adotando 2009 como ano base, os autores mostram que a queda da participação industrial foi ainda menor, aproximadamente sete pontos percentuais, tendo se concentrado nos anos 1980 e voltando a se intensificar nos anos recentes.

Apesar de bem menos intensa do que clamam – cerca de três vezes inferior –, os

12 De fato, a queda da participação industrial nesses dois períodos assinalados é bastante significativa e muito superior ao verificado na evolução histórica – 5,84 pontos percentuais (p.p.) entre 1989 e 1990, e 8,17 p.p. entre 1994 e 1995, enquanto a queda média para o período entre 1986 e 2013 foi de apenas 0,82 p.p. por ano (Fonte: Ipeadata).

13 “Mais especificamente, a correção foi feita em duas etapas. Em uma primeira etapa, a taxa de variação dos valores nominais até 1995 do sistema antigo foi aplicada ao resultado de 1995, aceito como correto, recuando-se a série até 1990. Depois, também retrocedendo no tempo, foram usadas as taxas de variação nominal do sistema antigo até 1990 ao resultado de 1990 obtido na etapa anterior” (BONELLI *et al*, 2013, p.49, nota de rodapé).

142 – Os limites do debate teórico da desindustrialização no Brasil: uma crítica a partir da perspectiva da formação nacional

ortodoxos consideram a desindustrialização como uma realidade na economia brasileira. Mas esse diagnóstico, segundo eles, não implica necessariamente algo negativo, sugerindo uma análise cautelosa para que não se caia em armadilhas e não se cometa equívocos realizados no passado, sobretudo em relação ao período de “substituição de importações”¹⁴.

Primeiramente, os autores advertem que se deve levar em consideração o fato da perda de participação industrial se tratar de um fenômeno mundial e não de algo restrito ao Brasil¹⁵. Refere-se a uma tendência secular de perda de peso da indústria em relação aos serviços, decorrente da mudança do padrão de consumo que acompanha o processo de crescimento econômico (BONELLI, *et al* 2013).

Bonelli *et al* (2013) ainda ressaltam que o caso do Brasil é sintomático, uma vez que o país, antes das reformas liberalizantes na década de 1990, sofria do que os autores denominaram de “doença soviética”; isto é, a economia brasileira apresentava um padrão “sobreindustrializado” quando comparado aos países com semelhantes características socioeconômicas, tecnológicas e de dotação de fatores de produção. Assim, o que houve, em parte, foi uma adequação de sua estrutura produtiva, tornando-a mais condizente com sua realidade socioeconômica e, portanto, mais adequada às suas vantagens comparativas.

A questão das vantagens comparativas, aliás, apresenta-se ainda com grande destaque nos trabalhos ortodoxos, sendo um dos pontos centrais utilizados pelos autores para relativizar o caráter negativo da desindustrialização. A partir dessa noção eles buscam desmitificar a tese de que o progresso tecnológico seja prerrogativa da indústria e que a ênfase na produção de *commodities* seja uma “maldição” que compromete o desenvolvimento futuro do país (BACHA, 2011; LAZZARINI, *et al*, 2013).

O cerne de seus argumentos está no fato de que a produção moderna de *commodities* envolve cadeias complexas, apresentando grandes investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Ou seja, proporciona uma incorporação tecnológica comparada ao que se observa no setor industrial e, dependendo das dotações de fatores produtivos dos respectivos países, proporcionam resultados mais eficazes.

Esse é o caso verificado, em certa medida, no Brasil. Lazzarini, *et al* (2013) indicam, a partir de um estudo econométrico, que na economia brasileira as *commodities*, em média, apresentam um maior valor adicionado e um desempenho significativamente superior, em termos de crescimento do valor adicionado por trabalhador, em comparação ao setor industrial. Schymura e Pinheiro (2013) complementam, apontando que, ao

14 Carneiro (2008) aponta que para os ortodoxos, o modelo de substituição de importações, que tinha como estratégia de crescimento a proteção à indústria nascente, levou à redução da concorrência e à distorção dos preços relativos, tendo como consequência uma diminuição do ritmo de crescimento do investimento e do aumento da produtividade. Daí a origem da crise a qual o Brasil atravessou a partir dos anos 1980.

15 Bonelli *et al* (2013) mostram que, à exceção da China, todas as regiões do planeta atravessaram por um período de perda de participação da indústria nas últimas décadas ou, na melhor das hipóteses, mantiveram sua participação, como são os casos dos países da Ásia (exclusive a China) e do Oriente Médio – onde, no entanto, o grau de industrialização tem se situado em patamares relativamente baixos.

contrário do que a intuição nos levar a crer, o setor industrial brasileiro não apresenta um melhor desempenho no quesito geração de empregos e na qualidade do emprego relativamente aos demais setores da economia.

Em síntese, os ortodoxos apontam que “não importa se o produto é básico ou não, se é *commodity* ou especialidade. O que é importa (sic) é a natureza dos fatores empregados na sua produção e como eles permitem à empresa aumentar sua produtividade e conquistar mercado” (LAZZARINI, JANK e INOUE, 2013, p.207).

Não obstante às relativizações que expusemos até aqui, isso não significa que os ortodoxos não apresentem críticas a respeito da ocorrência de desindustrialização no Brasil. A principal crítica apontada pelos autores refere-se à inadequação das políticas públicas brasileiras. Isso porque, para os ortodoxos, além dos fatores externos citados, como a tendência secular da perda de participação industrial, a principal causa resultante do mau desempenho da indústria brasileira nos anos recentes advém do arrefecimento da já baixa competitividade internacional da indústria brasileira. Esse nível aquém é explicado, em última instância, pelas condições desfavoráveis vigentes no mercado doméstico, as quais resultam de uma série de fatores, tais como: instituições fracas, frequente mudança na regulamentação, deficiências crônicas de infraestrutura, estrutura tributária elevada e intrincada, baixos investimentos em educação, ciência e tecnologia (LAZZARINI, *et al*, 2013, p.220).

Desse modo, a produção industrial no Brasil esbarra em diversos obstáculos, tornando-a muito mais custosa em relação à média internacional (LAZZARINI, *et al*, 2013). O cenário desestimulante à produção interna se deteriorou ainda mais nos últimos anos – o que explica a intensificação da desindustrialização nesse período –, como resultado da alta dos salários reais, que, diante de um baixo dinamismo da produtividade do trabalho, aumentou sobremodo o custo do trabalho – muito acima das demais economias mundiais, em especial as asiáticas (PASTORE *et al*, 2013).

Esse processo pode ser explicado, por um lado, pela bonança externa a qual o país se beneficiou a partir de 2004 e por outro, como resultado do modo ao qual o governo reagiu à crise internacional iniciada em 2008. Bacha (2013) explica que a bonança externa leva naturalmente a uma tendência à desindustrialização quando a economia está operando próxima ao pleno emprego, como aparenta ser o caso brasileiro no período. A explicação é simples:

A bonança externa gera uma expansão do gasto doméstico, tanto sobre bens comerciáveis (bens exportáveis e bens importáveis) como sobre bens domésticos (notadamente serviços que não entram no comércio exterior). A maior demanda por bens comerciáveis faz com que o País exporte menos e importe mais, reduzindo o superávit comercial com o exterior (em preços constantes). A maior demanda

por bens domésticos, que não podem ser importados, eleva os preços desses bens, cujos produtores passam a demandar mais mão de obra para satisfazer a demanda acrescida. A elevação consequente dos salários reduz a rentabilidade da produção de bens comerciáveis, cuja oferta, então, se contrai. Ou seja, a produção de bens comerciáveis diminui para abrir espaço para a maior produção de bens domésticos, em condições de pleno emprego da mão de obra. Identificando a indústria como o setor relevante de bens comerciáveis (pois a agricultura, a mineração e o setor de gás e óleo foram beneficiados por preços externos mais elevados), tal é a explicação para o fenômeno da desindustrialização provocada por uma bonança externa (BACHA, 2013, p.98).

O segundo fator considerado pelos ortodoxos para a deterioração do “Custo-Brasil”, que culminou na intensificação da perda de peso da indústria brasileira, é mais diretamente relacionado com as políticas governamentais. A dinâmica é a seguinte: a crise econômica ao se alastrar dos EUA para o mundo, em 2008, fez com que o governo brasileiro reagisse de modo a minimizar os seus impactos na economia nacional através de estímulos à demanda. A consequência dessa política foi o aquecimento nos serviços levando a um aumento dos salários desse setor. Como efeito-contágio, observou-se também uma elevação dos salários industriais. Porém, paralelamente a esse fato, observou-se uma queda na produtividade da indústria, como consequência da retração da produção industrial global sobre o Brasil¹⁶. Isso fez com que se elevasse o custo do trabalho, verificando-se um estreitamento das margens de lucro das empresas brasileiras. Ou seja, criou-se um cenário de desestímulo à produção interna, tendo a demanda aquecida (por manufaturas) sido sanada via importações – permitida graças ao bom desempenho dos agronegócios e da entrada de capitais, citadas anteriormente. Desse modo, o estímulo à produção industrial vindo da queda da taxa de juros foi mais do que compensado pelo desestímulo advindo da contração das margens de lucro, ampliando-se o hiato negativo do produto e reduzindo-se a capacidade ociosa (PASTORE, et al, 2013). Resumindo:

O resultado da soma do choque de termos de troca com as políticas fiscal e salarial adotadas foi um crescimento dos salários num ritmo muito superior ao da produtividade. No setor de bens não comercializáveis, esse aumento dos salários pode ser repassado para os preços, gerando uma aceleração da inflação de serviços nesse período. No setor industrial, como os preços são definidos no mercado internacional, o resultado foi uma queda da competitividade da indústria brasileira, que acabou perdendo mercado e reduzindo sua produção (PARNES E HARTUNG, 2013, p.171).

16 Segundo Pastore *et al* (2013), a produtividade média do trabalho na indústria entrou em declínio a partir de 2010 pela “interação entre o contágio da desaceleração mundial e a movimentação pró-cíclica da produtividade da mão de obra, que é uma característica do processo de retenção do trabalho (*labor hoarding*)” (p.122).

Diante disso, a proposta dos ortodoxos para a solução dessa problemática está na promoção de políticas horizontais em detrimento das políticas verticais, as quais, com o intuito de preservar a indústria doméstica, implicam na manutenção de empresas ineficientes e, portanto, levam a uma perda de competitividade da indústria brasileira. Em outras palavras, os autores apontam uma necessidade no incentivo à inovação e transferência tecnológica, promoção à qualificação do capital humano, investimento em infraestrutura e redução da complexidade tributária e da incerteza regulatória. Por fim, eles apontam como questão fundamental para o aumento da competitividade internacional da indústria brasileira uma nova rodada de liberalização, tendo como objetivo a inserção da economia brasileira nas chamadas cadeias globais de valor.

5. Perspectiva heterodoxa

Neste item, trataremos dos autores associados na literatura econômica à vertente heterodoxa. Inspirados nas teorias do estruturalismo latino-americano, Kaldor e de Thirlwall, seus trabalhos apresentam como eixo principal a consideração da indústria como setor central para o desenvolvimento de uma economia capitalista, sobretudo para a periferia. Assim, eles veem a indústria como elemento essencial a possibilitar a realização do *catching-up*, isto é, o desenvolvimento industrial aparece como fundamental para os países subdesenvolvidos alcançarem o padrão de renda *per capita* verificado nos países desenvolvidos. No mais, ainda que existam trabalhos que refutem a tese de desindustrialização no Brasil¹⁷, nota-se uma tendência recente de aceitação da mesma. E mesmo que a explicação para tanto seja ampla, com ênfases diferentes, as raízes desse processo para todos os autores, em última instância, são consequentes de um mesmo movimento histórico, como veremos no decorrer do tópico.

O ponto de partida na maior parte das análises se dá com a aceitação da conceitualização clássica de desindustrialização¹⁸, ou seja, os autores entendem desindustriali-

17 Os argumentos centrais utilizados por autores heterodoxos que refutam (ou refutavam) a tese de desindustrialização são que “não se verificou uma realocação generalizada de recursos produtivos para os setores tecnologicamente baseados em recursos naturais, nem um retorno vigoroso a um padrão de especialização exportadora em produtos intensivos em recursos naturais ou em trabalho” (NASSIF, 2006, p.6) “Adicionalmente, dados relativos à produção intraindustrial e à participação (constante) do emprego do setor manufatureiro nas ocupações totais reforçam os argumentos contrários à referida hipótese” (SQUEFF, 2012, p.48).

18 A conceitualização clássica de desindustrialização foi originalmente formulada por Rowthorn e Ramaswany (1999), que a definem como a perda persistente do emprego industrial em relação ao emprego total de um determinado país. Recentemente essa definição foi ampliada por Tregenna (2009), a qual incluiu no conceito de desindustrialização a perda da participação do valor adicionado no PIB. As causas desse processo, segundo os autores, podem estar atreladas tanto a fatores internos como externos. Quanto aos fatores internos, podemos destacar, em primeiro lugar, a tendência de crescimento mais rápido da elasticidade renda da demanda por serviços do que o presenciado pelos manufaturados; e, em segundo lugar, o aumento da produtividade do setor industrial em relação aos demais setores da economia. Entre os fatores externos, podemos destacar o aumento do comércio internacional, principalmente entre o “hemisfério norte” e o “sul”, na qual parte da produção de manufaturados – geralmente de baixa capacidade tecnológica – é deslocada para o “sul”. Diante disso, os autores concluem que o processo de desenvolvimento econômico levaria as economias a um processo natural de desindustrialização iniciado a partir de um nível de renda per capita (que historicamente, para os países centrais, ocorreu na faixa dos US\$12 mil, segundo cálculo dos autores).

146 – Os limites do debate teórico da desindustrialização no Brasil: uma crítica a partir da perspectiva da formação nacional

zação como uma queda persistente da participação do valor adicionado e do emprego industrial em relação ao total – conceituação semelhante à utilizada pelos ortodoxos. Entretanto, ao contrário desses – como citado anteriormente –, a vertente heterodoxa parte de um referencial distinto ao creditar um papel essencial à indústria para o desenvolvimento econômico.

Essa centralidade se explica pelo fato do setor manufatureiro ser o “motor do crescimento” de longo prazo da economia, dada a sua maior capacidade de propulsar a elevação da produtividade e por consequência, da renda *per capita* do país (OREIRO e MARCONI, 2012).

A superioridade industrial advém por esse setor ser o *locus* onde ocorre a maior parte da inovação tecnológica, sendo, dessa maneira, a principal fonte geradora e difusora do progresso técnico da economia. Outro fator fundamental para a essencialidade da indústria é a maior presença de economias estáticas e dinâmicas de escala, de tal forma que a produtividade nesse setor aparece como uma função crescente da produção industrial, fenômeno conhecido na literatura econômica como “lei de Kaldor-Verdoorn” (OREIRO e FEIJÓ, 2010).

Além do mais, a manufatura tem como característica intrínseca o dinamismo intersetorial, expresso pela geração de externalidades positivas facilmente transmitidas ao restante da economia, isto é, o setor industrial é tipificado por apresentar significativos efeitos de encadeamento “para frente e para trás” na cadeia produtiva, impulsionando a produção de todos os setores da economia.

Por fim, os autores destacam a importância da indústria para contornar a restrição de divisas, sobretudo de países periféricos, que apresentam sérias restrições no balanço de pagamentos. A razão para tanto, explicam Oreiro e Feijó (2010), advém do fato da elasticidade renda das importações da indústria ser maior do que a elasticidade renda das importações de *commodities* e produtos primários.

Levando em conta esse referencial teórico, os autores argumentam que o processo de desindustrialização nos países periféricos apresenta um caráter específico, qualitativamente distinto do caso clássico constatado nos países centrais. Na periferia, em especial nos países da América Latina, esse processo se iniciou em um nível de renda *per capita* significativamente inferior¹⁹ e sem que esses países tivessem “alcançado o ‘ponto de maturidade’ de suas respectivas estruturas industriais e, portanto, sem ter esgotado todas as possibilidades de desenvolvimento econômico que são permitidas pelo processo de industrialização” (OREIRO e FEIJÓ, 2010, p. 223). Concomitantemente, esses países apresentaram baixíssimos índices de crescimento econômico, levando à conclusão de que nenhum outro setor substituiu a indústria como “motor” na economia. Ou seja, a desindustrialização não se deu pela tendência natural do desenvolvimento capitalista,

19 Cerca de quatro vezes menor em relação aos países desenvolvidos (PALMA, 2005).

através de transformações cruciais nas relações industriais, no aumento do bem-estar social, etc. Pelo contrário, intercorreu de maneira precoce, com conotação negativa, uma vez que se perdeu a dinâmica industrial e como consequência a possibilidade de um maior crescimento econômico (PALMA, 2005).

Diferentemente do caso clássico de desindustrialização, em que se considera apenas a perda relativa da indústria, Nassif, *et al* (2013) alertam que o diagnóstico de desindustrialização precoce deve contemplar outros indicadores, a fim de analisar as mudanças qualitativas na estrutura produtiva. Além das taxas de crescimento relativo da indústria de transformação, consideram-se, entre outros indicadores, a realocação de recursos em termos de valor adicionado, emprego e exportações dentro da indústria de transformação e na economia como um todo, assim como as mudanças na produtividade e *gaps* tecnológicos ao longo do tempo.

A partir desta análise, os autores apontam que o cunho negativo do processo de desindustrialização brasileiro fica evidente. Além da expressiva perda de participação industrial, observa-se uma deterioração intraindustrial, em que setores de maior tecnologia perderam espaço para os setores intensivos em recursos naturais. Por outro lado, a desindustrialização é caracterizada pela “porosidade das cadeias produtivas, nas quais elos relevantes não foram estabelecidos em território nacional” (IEDI, 2008). Cano (2012, p.13) aponta, que:

[A] avalanche de importações – notadamente a de bens intermediários –, vem quebrando ou debilitando elos de várias cadeias produtivas, e, com isso, eliminando empresas e linhas produtivas de várias empresas. Ao mesmo tempo, o fenômeno é altamente inibitório ao investimento normal e daquele tipicamente inovador ou mesmo o que complementa cadeias produtivas.

O comércio externo, aliás, aparece como outro forte elemento que reforça o quadro preocupante da estrutura produtiva brasileira, em que se observou uma acentuada e persistente deterioração do balanço comercial da indústria de transformação, sobretudo dos produtos de alta intensidade tecnológica. Esse fator, somado a “reprimarização” que se verifica na pauta exportadora, corrobora a tese da crescente dependência da economia brasileira na produção de produtos com vantagens comparativas em recursos naturais e a perda de dinamismo do setor industrial, em especial os de tecnologia mais avançada (OREIRO e FEIJÓ, 2010; CANO, 2012).

Ademais, Nassif, *et al* (2013) realçam que a partir do final da década de 1990, constatou-se um aumento nos *gaps* de produtividade em relação aos EUA em todos os grupos industriais. Esse aumento decorre da baixa competitividade estrutural da indústria brasileira e reforça a diferenciação da desindustrialização periférica em relação à “clássica”, na qual a principal causa explicativa para o seu desencadeamento está justamente na ele-

148 – Os limites do debate teórico da desindustrialização no Brasil: uma crítica a partir da perspectiva da formação nacional

vação da produtividade do setor industrial. A desindustrialização precoce, ao contrário, está atrelada a deformações da estrutura econômica.

Para um grupo de autores, autodenominados como novo-desenvolvimentistas²⁰, a desindustrialização na periferia, em geral, e no Brasil, em específico, foi desencadeada pela “doença holandesa”. Este fenômeno decorre da existência de recursos naturais²¹ abundantes que acarretam vantagens comparativas ao país possuidor. A partir dos mecanismos de mercado, pode-se levar a uma realocação dos recursos da economia à produção desses bens, conduzindo-a a especialização e à desindustrialização. O processo é induzido pela tendência de expansão nas exportações dos bens “abundantes” o que acarreta uma sobrevalorização cambial e, por conseguinte, uma depressão das exportações industriais, diante da perda de competitividade internacional desses bens. Desse modo, a desindustrialização causada pela doença holandesa está associada a déficits comerciais crescentes da indústria e superávits comerciais crescentes no setor não industrial, como é o caso verificado na economia brasileira no período em questão (BRESSER-PEREIRA e MARCONI, 2008).

De outro lado, temos os autores, com destaque para Carneiro (2008) e Cano (2012; 2014), que apontam um maior espectro de fatores²² para a explicação deste processo, considerando, além da presença do câmbio sobrevalorizado, outros aspectos tais como as elevadas taxas de juros, a falta de investimento, a mudança no padrão do investimento externo – em que se presenciou uma queda da participação do investimento “produtivo” em relação às atividades financeiras –, e a pouca efetividade de uma política industrial, verificados no período.

Não obstante as diferentes ênfases utilizadas, a origem deste processo na economia brasileira advém, para todos os autores, em última instância, de um mesmo movimento histórico: a adoção de políticas liberalizantes “recomendadas” pelos organismos internacionais a partir dos anos 1990.

Carneiro (2008) ressalta que para entender a crise da indústria e a perda de dinamismo da economia brasileira a partir dos anos 1990, é necessário considerar inicialmente os novos obstáculos delineados pela ordem internacional e o modo como o Brasil se inseriu nesse novo contexto histórico. Diante da intensificação da globalização, caracterizada pela livre-mobilidade, altera-se o perfil dos capitais direcionados à periferia, estabelecendo-se fortes condicionantes na conduta da política macroeconômica, tornando o Estado, em certo sentido, refém do capital internacional. Por outro lado, o novo padrão

20 Bresser-Pereira, Marconi e Oreiro são uns de seus maiores expoentes.

21 Palma (2005) aponta que apesar deste fenômeno ser comumente vinculado ao chamado “efeito do produto primário”, a realidade mostra que o fenômeno é mais geral, se aplicando também a casos ligados à expansão dos serviços, geralmente na área de finanças ou turismo.

22 Vale salientar, no entanto, que os autores ligados à tese de doença holandesa não desconsideram esses fatores apontados, mas apenas dão maior destaque para a questão cambial e deixam em segundo plano os apontamentos aqui citados.

de concorrência intercapitalista ao engendrar um novo padrão do investimento direto – direcionado com maior vigor para as atividades financeiras – dificultando o aprofundamento da industrialização na periferia. É sob esse contexto externo, somado a fatores domésticos, como os impactos da crise da dívida dos anos 1980, que se penetra o ideário neoliberal no Brasil (CARNEIRO, 2008).

A consequência das políticas de liberalização e de valorização do câmbio foi a perda de competitividade internacional da indústria brasileira perante as de outros países, que somado às altas taxas de juros prevalentes na economia brasileira, inibiram os investimentos industriais. Os impactos então foram avassaladores, levando a especialização regressiva da estrutura produtiva (CANO, 2012; CARNEIRO, 2008).

Para os adeptos da tese de doença holandesa as políticas neoliberais foram cruciais para desabrochar a crise da indústria brasileira, vindo a se traduzir em desindustrialização, uma vez que:

Até o início da década de 1990, esta falha de mercado foi neutralizada pela política de controles tarifários, alfandegários e cambiais, que taxava a receita de exportações de *commodities* primárias e desestimulava a importação de produtos manufaturados, resultando no incentivo à sua produção interna. Após esta data, com o fim destes mecanismos, o país deixou de neutralizar a doença holandesa (BRESSER-PEREIRA, 2013).

Se a situação já se apresentava altamente desfavorável ao setor industrial, nos anos 2000 ganhou contornos ainda mais graves com a elevação dos preços das *commodities*, decorrente, sobretudo, da expansão da economia chinesa. Tal cenário contribuiu para manter o câmbio valorizado, diminuindo ainda mais a competitividade internacional da indústria brasileira e intensificando o processo de desindustrialização e a re-primarização da economia.

O quadro da estrutura produtiva brasileira segundo a perspectiva heterodoxa, portanto, é demasiado crítico. Contudo, eles ressaltam que apesar do intenso processo de reversão, a indústria no Brasil ainda é consideravelmente diversificada, operando sob substanciais economias dinâmicas de escala²³, não se tratando, por conseguinte, de uma perda irreparável na estrutura industrial do país e em sua capacidade dinâmica (IEDI, 2005, 2007; SARTI, *et al*, 2011).

Para alterar esta tendência negativa e impulsionar o crescimento industrial e da economia brasileira como um todo, os autores sugerem a efetuação de mudanças importantes nas políticas econômicas. Nesse ponto, encontramos mais uma vez particularidades

23 Nassif, *et al* (2013) apontam que “até 2008, a indústria de transformação não só ainda mantinha uma estrutura relativamente diversificada, com mais de 40% do valor adicionado oriundo de segmentos mais sofisticados, como foi capaz de absorver uma parte significativa da força de trabalho” (p.47).

nas respectivas análises, em especial aos novo-desenvolvimentistas, que enfocam nas políticas macroeconômicas de curto prazo, sobretudo em relação ao câmbio. Porém, como aspecto geral, podemos destacar que os heterodoxos consideram de suma importância a presença mais ativa do Estado na economia. Assim, se possibilitará a realização de uma interdependência de políticas, tanto as de curto prazo – além da cambial, a monetária, financeira, de crédito e fiscal pró-crescimento –, como as políticas de longo prazo – tais como políticas industrial e tecnológica, de infraestrutura, educacionais, entre outras. Esse cenário possibilitará a impulsão do investimento produtivo, direcionando “a economia brasileira para um novo processo de *catching-up*”, (NASSIF, *et al*, 2013, p. 64).

6. Os limites do debate teórico

Ainda que a desindustrialização no Brasil seja uma realidade para a maior parte das análises recentes, a apresentação do debate teórico deixou evidente que essa problemática está longe de ser consensual. E dificilmente deixará de ser assim. As premissas teóricas, políticas e ideológicas que presidem os trabalhos tornarão sempre a questão conflituosa.

Os ortodoxos partem de uma concepção que o livre mercado possibilita a maximização do bem-estar da sociedade. Por conseguinte, a indústria se trata de um setor como outro qualquer, não apresentando nenhuma particularidade especial. A orientação do Estado com o fim de fortalecer a indústria é repudiada pelos autores, pois isso traz distorções na economia, influenciando de forma negativa o próprio setor industrial, que perde eficiência e, conseqüentemente, competitividade internacional.

O problema para eles circunscreve-se a uma questão quantitativa. A própria concepção de desindustrialização assim o é, a qual se resume a uma visão simplista de perda de participação industrial. Logo, a desindustrialização em si não se trata de algo problemático. Eles admitem que o quadro da indústria brasileira seja preocupante, mas não pela perda de importância na dinâmica da economia, e sim por sua competitividade internacional estar cada vez mais baixa.

A partir deste diagnóstico e da visão dogmática de que os mecanismos do livre mercado possibilitam a alocação das forças produtivas nos setores que auferem maior produtividade, eles propõem políticas horizontais e liberalizantes que possibilitarão à indústria ser mais competitiva internacionalmente e assim ter uma maior inserção nas cadeias globais de valor.

A questão é que o mundo dos ortodoxos se trata de uma hipotética república universal, em que não existem conflitos e muito menos relações hierárquicas. Desse modo, eles não levam em conta as especificidades de uma economia subdesenvolvida como a brasileira, que está no elo fraco do sistema e não possui condição alguma de competir com os países avançados, a não ser em casos isolados.

Os heterodoxos partem suas análises de uma concepção significativamente distinta dos ortodoxos. Como vimos, a indústria é considerada por eles como um setor central no desenvolvimento econômico, sobretudo para os países “em desenvolvimento”. Para possibilitar que a indústria estabeleça sua centralidade, os autores apontam ser essencial a participação ativa do Estado, pois apenas a intervenção estatal é capaz de minimizar as incertezas do mercado e a concorrência desleal verificada no plano internacional (na atualidade, sobretudo em relação à China).

A partir deste arcabouço teórico, as análises heterodoxas consideram fatores que vão muito além dos utilizados pelos ortodoxos na avaliação da desindustrialização no Brasil. Além da perda de participação industrial, os autores mostram que é necessário observar a evolução intra-setorial da indústria, os elos entre as cadeias produtivas, a inserção externa, entre outros aspectos.

Para eles, o caso brasileiro é preocupante por estar ocorrendo juntamente com a perda da participação industrial uma realocação para os setores de menor intensidade tecnológica, perda de adensamento das cadeias produtivas, aumento nos *gaps* tecnológicos – em relação aos EUA –, além de uma significativa deterioração nas contas externas – sobretudo dos produtos de maior intensidade tecnológica. Dessa forma, os heterodoxos ressaltam a existência de particularidades no caso brasileiro em relação ao verificado nos países desenvolvidos. Os autores enfatizam que não se verifica apenas uma perda de participação e de competitividade internacional da indústria, tal como apontam os ortodoxos, mas uma desarticulação do sistema produtivo brasileiro.

Diante disso, os heterodoxos consideram que a crise da indústria brasileira advém dos constrangimentos impostos pela crise da dívida nos anos 1980 e, principalmente, pela opção equivocada na adoção de políticas liberalizantes a partir dos anos 1990. Decorre, em última instância, da perda da participação do Estado na economia com o avanço do neoliberalismo.

O problema é que os heterodoxos desconhecem a relação necessária de condicionamento mútuo entre o processo de industrialização e a formação nacional. Os autores não concebem como condição *sinequa non* a superação da segregação interna e a ruptura da dependência externa para que o desenvolvimento industrial adquira solidez e para que esteja condizente com as necessidades e possibilidades materiais da nação.

Por um lado, suas análises reduzem a questão dos mercados a um problema de demanda efetiva e assim acabam desconhecendo as condições gerais que regem a produção e a atividade econômica, em especial as relações de produção observadas. Dessa forma, os heterodoxos não levam em conta que a generalização dos padrões de consumo das economias centrais pelo conjunto da população é inviável de ocorrer, uma vez que se verificam constrangimentos associados à existência de escassez material na economia brasileira. Como apontou Caio Prado:

(...) as inversões, e mesmo a circunstância geral que as condiciona e que vem a ser o processo de acumulação capitalista, muito pouco ou quase nada informa relativamente à dinâmica do desenvolvimento que se insere no conjunto e complexo, tomado na sua integridade, dos fatos históricos que configuram aquele desenvolvimento. (...) O que deve ser considerado e que dá conta desse crescimento é o que se encontra na base e por detrás das inversões (e que são, em si apenas, unicamente um momento e aspecto no processo global de produção). A saber, e essencialmente, as circunstâncias gerais e os fatores originários que condicionam, promovem e impulsionam a produção; é em primeiro e principal lugar, a conjuntura mercantil, isto é, as características da demanda. Bem como as condições em que a produção se organiza, e as relações de produção se estabelecem (PRADO JÚNIOR, 1972, p.25-26).

Por outro lado, apesar dos heterodoxos darem destaque para a existência de constrangimentos externos, suas análises enfatizam apenas os obstáculos financeiros e técnicos que bloqueiam o acesso ao progresso tecnológico impulsionado pelo centro. Para eles, o problema pode ser sanado, ou ao menos minimizado, com a presença ativa do Estado, seja através de intervenção direta, ou diante de arranjos institucionais para a atração de investimento externo produtivo. A partir das mediações do Estado, eles acreditam que o capital internacional pode exercer um papel de aliado ao desenvolvimento nacional. Assim, as análises heterodoxas não levam em conta os efeitos desestabilizadores do capital internacional na dinâmica econômica dos países subdesenvolvidos. Desconsideram a natureza ultra-especulativa do capital internacional em relação à periferia, a qual gera uma incerteza estrutural nessas economias – incerteza levada ao paroxismo diante da extrema mobilidade espacial do capital internacional verificada com a globalização financeira.

Ao não considerar a dupla articulação, a perspectiva heterodoxa deixa de entender os determinantes estruturais do processo de desindustrialização. Suas análises não fazem alusão ao padrão de desenvolvimento da industrialização brasileira; não respondem o que tornou a indústria brasileira tão vulnerável às transformações no processo de acumulação capitalista. Só apontam o momento em que a crise se deflagrou.

Com isso não pretendemos desconsiderar que as políticas macroeconômicas de matriz neoliberal sejam um dos fatores responsáveis pelo desencadeamento da crise da industrialização brasileira. No entanto, não podemos deslocar esse processo do restante da história. Logo, é fundamental a realização de uma análise que leve em consideração os condicionantes históricos que tornaram a indústria brasileira tão vulnerável às transformações ocorridas no sistema mundial nesse período. Em outras palavras, não conseguimos entender o processo de reversão sem nos ater às debilidades da estrutura que está sendo desmantelada. Como Furtado (1984) alertou:

Em épocas de crise como a que vivemos o primeiro dever é deixar de lado as ideias recebidas, abandonar as explicações cômodas. Devemos nos interrogar sobre as raízes dos problemas que afligem o povo, o que nos obriga a repudiar as posições doutrinárias fundadas no reducionismo econômico. Não será que os germes da crise atual já corroíam nosso organismo social na fase de rápido crescimento das forças produtivas do país? (p.29).

Referências Bibliográficas

- BACHA, Edmar (2011). *Relativizando a desindustrialização*. O Estado de SP, 10 dez., 2011.
- BACHA, Edmar (2013). Bonança externa e desindustrialização: uma análise do período 2005-2011. In: BACHA, Edmar; BOLLE, Monica de (org.). *O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2013.
- BARROS, Octavio; PEREIRA, Robson Rodrigues (2008). Desmistificando a tese da desindustrialização: reestruturação da indústria em uma época de transformações globais. In: BARROS, Octavio; GIAMBIAGI, Fábio (org.). *Brasil Globalizado: O Brasil em um mundo surpreendente*. 3ª Ed., Rio de Janeiro, Campus, 2008.
- BONELLI, Regis; PESSÔA, Samuel de Abreu (2010). *Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência*. Texto para Discussão no. 7, mar 2010, Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), da Fundação Getúlio Vargas.
- BONELLI, Regis; PESSÔA, Samuel de Abreu; MATOS, Silvia (2013). Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretação. In: BACHA, Edmar; BOLLE, Monica de (org.). *O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2013). Prefácio. In: AZEVEDO, André; FEIJÓ, Carmem; CORONEL, Daniel (org.). *A desindustrialização brasileira*. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2013.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson (2008). *Existe Doença Holandesa no Brasil?* Versão de 30 de março de 2008. São Paulo: FGV, 2008.
- CANO, Wilson (2012). *A desindustrialização no Brasil*. Texto para discussão. IE/UNICAMP: Campinas, SP, n° 200, jan. 2012.
- CANO, Wilson (2014). *(Des)Industrialização e (sub)desenvolvimento*. Trabalho apresentado no 2º Congresso internacional do Centro Celso Furtado. Rio de Janeiro: ago. 2014.
- CARNEIRO, Ricardo de Medeiros (2008). *Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva*. Textos para discussão n° 153 IE/Unicamp, 2008.

154 – Os limites do debate teórico da desindustrialização no Brasil: uma crítica a partir da perspectiva da formação nacional

CAMPOS, Fabio Antônio de; RODRIGUES, Fernando Henrique Lemos (2014). *Transnacionalização do capital e os limites do desenvolvimentismo: um diálogo com Celso Furtado sobre a experiência brasileira (1956-1982)*. In: história econômica & história de empresas, São Paulo, vol. 17 n°2, p. 377-414, 2014.

FERNANDES, Florestan (1975). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Prefácio de José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo, SP: Globo, 2005.

FURTADO, Celso (1959). *Formação econômica do Brasil*: edição comemorativa: 50 anos. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

FURTADO, Celso (1967). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 5. ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1975.

FURTADO, Celso (1972). *Análise do “modelo” brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1978.

FURTADO, Celso (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, 4. ed. RJ: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso (1980). *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo, SP: Comp. Ed. Nacional, 1980.

FURTADO, Celso (1982). *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1982.

FURTADO, Celso (1983). *Não a recessão e ao desemprego*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, Celso (1984). *Cultura e desenvolvimento: em época de crise*. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso (1991). *Os ares do mundo*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso (1992). *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1992.

HADLER, João Paulo de Toledo Camargo (2009). *Dependência e subdesenvolvimento: a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado*. 2009. 141 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

IEDI (2005). *Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?* Carta IEDI, n. 183, São Paulo: nov. de 2005.

IEDI (2007). *Desindustrialização e os dilemas do crescimento econômico recente*. São Paulo: IEDI, 2007.

IEDI (2008). *Indústria: Um jogo ainda a ser jogado*. IEDI, 2008.

LAZZARINI, Sergio; JANK, Marcos Sawaya; INOUE, Carlos (2013). Commodities no Brasil: maldição ou bênção? In: BACHA, Edmar; BOLLE, Monica de (org.). *O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

NAKAHODO, Sidney Nakao; JANK, Marcos Sawaya (2006). *A falácia da doença holandesa no Brasil*. São Paulo: Icone, 2006.

NASSIF, André (2006). *Há evidências de desindustrialização no Brasil?* Texto para discussão, n. 108, Rio de Janeiro: BNDES, jul. 2006.

NASSIF, André; FEIJÓ, Carmem Aparecida; ARAUJO, Eliane (2013). O debate sobre a desindustrialização precoce no Brasil: estamos avançando ou regredindo em relação aos países desenvolvidos? In: AZEVEDO, André; FEIJÓ, Carmem; CORONEL, Daniel (org.). *A desindustrialização brasileira*. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2013.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem Aparecida (2010). *Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro*. Rev. de Economia Política, São Paulo, Vol.30, n.2. 2010.

OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson (2012). *Teses equivocadas no debate sobre desindustrialização e perda de competitividade da indústria brasileira*. Revista NECAT - Ano 3, n.5 Jan-Jun de 2014.

PALMA, José Gabriel (2005). *Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”*. Trabalho apresentado na Conferência de Industrialização, Desindustrialização, e Desenvolvimento. São Paulo: FIESP e IEDI, ago 2005.

PARNES, Beny; HARTUNG, Gabriel (2013). Uma nota sobre a desaceleração recente da indústria brasileira. In: BACHA, Edmar; BOLLE, Monica de (org.). *O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PASTORE, Affonso; GAZZANO, Marcelo; PINOTTI, Maria (2013). Por que a produção industrial não cresce desde 2010? In: BACHA, Edmar; BOLLE, Monica de (org.). *O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio (1942). *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. 17a.ed., São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO JÚNIOR, Caio (1966). *A revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1966.

PRADO JÚNIOR, Caio (1970). *História econômica do Brasil*. São Paulo, SP: Brasiliense, 2008.

156 – Os limites do debate teórico da desindustrialização no Brasil: uma crítica a partir da perspectiva da formação nacional

PRADO JÚNIOR, Caio (1972). *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e pratica do desenvolvimento brasileiro*. 3. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1989.

PREBISCH, Raúl (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Record, vol. 1, 2000.

PREBISCH, Raúl (1950). Estudo econômico da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Record, vol. 1, 2000.

RODRIGUEZ, Octavio (1981). *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro, RJ: Forense-Universitária, 1981.

ROWTHORN, Robert; RAMASWANY, Ramana (1999). *Growth, Trade and Deindustrialization*. IMF Staff Papers, vol. 46, n.1, 1999.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio Soares de Arruda (1999a). *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio Soares de Arruda (1999b). Os Impasses da formação nacional, In: FIORI, José Luis. (org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio Soares de Arruda (2012). *Capitalismo dependente e reversão neocolonial*. Memorial acadêmico, vol.2. mimeo., Campinas-SP, 2012.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio Soares de Arruda (2013). A atualidade da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado. In: D'AGUIAR, Rosa Freire (org.). *Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2013.

SARTI, Fernando; HIRATUKA, Célio (2011). *Desenvolvimento industrial no Brasil: oportunidades e desafios futuros*. Textos para discussão IE/Unicamp n°187, jan. 2011.

SCHWARTSMAN, Alexandre (2012). *Amargo regresso*. Valor, 03 mar., 2012.

SCHYMURA, Luiz; PINHEIRO, Mauricio (2013). Política industrial brasileira: motivações e diretrizes. In: BACHA, Edmar; BOLLE, Monica de (org.). *O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SQUEFF, Gabriel Coelho (2012). *Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro*. Textoparadiscussão, n° 1747, Brasília: Ipea, jun. 2012.

TREGENNA, Fiona (2009). *Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally*. Cambridge Journal of Economics, vol.33 (3) p. 433-466, 2009.

